

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E
EDUCAÇÃO DO CAMPO II**

**JUVENTUDE RURAL E O PROGRAMA DE ATES,
ESTUDO DE CASO EM BOSSOROCA/RS**

ARTIGO DE ESPECIALIZAÇÃO

TACIANE LAIS DA SILVA

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

JUVENTUDE RURAL E O PROGRAMA DE ATES, ESTUDO DE CASO EM BOSSOROCA/RS

Taciane Lais da Silva

Artigo apresentado ao Curso de Especialização
do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação
do Campo II**

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto.

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E
EDUCAÇÃO DO CAMPO II**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o artigo de conclusão de Especialização**

**JUVENTUDE RURAL E O PROGRAMA DE ATES, ESTUDO
DE CASO EM BOSSOROCA/RS**

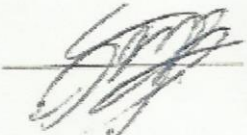
elaborado por
Taciane Lais da Silva

Como requisito para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação
do Campo II**

Comissão Examinadora:



Prof. Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (Presidente/Orientador)



Sergio Botton Barcellos, Dr. (UFPel)



Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 21 de outubro de 2015.

RESUMO

Neste trabalho o tema do estudo é a juventude rural, um grupo social que se situa em determinada faixa etária, reivindica essa identidade política para lutar por direitos sociais, e que vivencia questões sociais inerentes à sua realidade. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a juventude rural dos assentamentos da reforma agrária e a sua relação com as políticas de assistência técnica e social para este público. Bem como, compreender os motivos pelos quais o trabalho direcionado à juventude rural esta sendo deixado em plano secundário, na operacionalização das chamadas públicas de ATES. Com a criação da PNATER foram previstas diretrizes específicas para a mesma, mas ainda carece de uma proposta concreta nas chamadas públicas de ATER e ATES que possam garantir ações com este público. As reflexões que foram realizadas na pesquisa mostraram que se faz necessário elaborar metodologias de levantamento de demandas dos (as) jovens, para que o planejamento da ATES possa ser realizado de acordo com as aspirações e reivindicações políticas desta categoria social.

Palavras-chaves: Juventude rural, política pública, ATES.

ABSTRACT

In this work the study of the subject is rural youth, a social group that is located in a certain age group, claims that political identity to fight for social rights, and who experiences social issues inherent in its reality. This article aims to reflect on the rural youth of agrarian reform settlements and their relationship with the technical and social assistance policies for this audience. As well as understand the reasons why the work directed to rural youth is being left in secondary plan, the implementation of public call ATES. With the creation of PNATER specific guidelines were provided for the same, but still lacks a concrete proposal in public call ATER and ATES that can ensure actions with this audience. The reflections that were made in the research showed that it is necessary to elaborate survey methodologies demands of (the) young people so that planning ATES can be carried out in accordance with the aspirations and political demands of this social category.

Keywords: Rural youth, public policy, ATES.

INTRODUÇÃO

A juventude rural é uma fração expressiva da população rural brasileira. De acordo com os dados do IBGE (2010), existem aproximadamente 08 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos, o que representa 27% de toda a população que vive no meio rural. Alguns trabalhos como Barcellos (2014), Guaraná de Castro (2009) e Stropasolas (2005) chamam atenção que a juventude rural mesmo sendo um segmento numericamente expressivo tem recebido pouca atenção das políticas públicas.

Segundo Barcellos (2014, p. 215): “essas demandas não vem sendo tratadas como prioridade. Mesmo que essas sejam questões contidas nas leis e constem em algum momento no fluxo político do governo”, pois as mesmas não são transformadas em políticas públicas que atendam às demandas e pretensões das organizações e movimentos sociais da juventude rural.

Diante deste problema, este artigo tem como objetivo refletir sobre a juventude rural dos assentamentos da reforma agrária e a sua relação com as políticas de assistência técnica e social para este público. Bem como, compreender os motivos pelos quais o trabalho direcionado à juventude rural esta sendo deixado em plano secundário, na operacionalização das chamadas públicas de Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES).

Ao longo deste artigo se discutirá e tentar-se-á responder estes questionamentos, enfocando-se o tema da juventude rural que está no Assentamento da Reforma Agrária e como se dá prioridade de trabalho a este público através de ações e execução do programa de ATES, executado pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), uma das cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Quando se discute o tema da juventude, não temos como não abordar, mesmo que de forma sumária, as dificuldades e as lutas que foram travadas para que os jovens obtivessem algumas conquistas de direitos e reconhecimento nas sociedades modernas, principalmente a juventude das classes populares. A percepção sobre juventude vem se modificando nas últimas décadas e deixando de ser determinada apenas pela faixa etária e questões relacionadas às mudanças físicas e biológicas, mas também passam a ser levadas em consideração questões como a realidade e espaços em que vivem, a cultura e o modo de vida que as fazem construir suas identidades. Percepções e valores que são construídos socialmente sobre o que é ser jovem.

Neste âmbito, percebe-se que a juventude rural também tem travado algumas lutas por espaço e respeito político perante aos governos, movimentos sociais e instituições, no que diz respeito a espaços de formação, de lazer, educação e que esteja inserida nos planejamentos e programas voltados ao desenvolvimento do meio rural. Trata-se de uma categoria social importante para este espaço, onde os mesmos se encontram em busca de mais investimentos e maior inserção social. Segundo Stropasolas (2005, p. 4-5):

A produção da exclusão social no espaço rural não se restringe apenas aos cenários macroeconômicos e políticos externos, uma vez que a “construção social” da desigualdade de condições se opera também por agentes e instituições que, frequentemente, se encontram bastante próximo da realidade das famílias rurais e, em particular, das hierarquias vigentes no interior desses mesmos grupos sociais.

Diante desta luta constante por reconhecimento e melhores condições de vida, temos instituições, movimentos sociais e pastorais religiosas que são formados ou compostos por jovens de diferentes realidades que lutaram e reivindicaram alguns programas e políticas públicas específicas para o meio em que estão inseridos.

Com a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) se prevê diretrizes próprias para a juventude rural, registrado em BRASIL (2004, p. 8): “Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão”.

Basicamente o que a diretriz relacionada à juventude aponta é uma atenção para que existam sucessores nas propriedades rurais, de forma que a juventude estivesse apenas condicionada a migração do campo para a cidade. Mas, não existe uma proposta claramente definida, nas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES) que possam garantir ações exclusivamente voltadas para a formação da juventude rural. De acordo com Bernardelli (2011, p. 6): “o que existe são iniciativas pontuais muito mais como ação extensionista do que institucional, aspecto esse que relega o jovem a um plano secundário no contexto de atuação da ATER”.

Do contrário, a partir de outra percepção, de acordo com Castro (2005, p. 09): “a ‘juventude’ pode ser o agente de uma transformação social que resgate o campo”. Como será abordado no decorrer deste artigo. Nesse aspecto, compartilho da mesma inquietação de Masson (2013, p. 22-23) “[...]: atualmente há uma baixa produção de estudos de caso que se detenham sobre o que às instituições estão objetivando, para e com a juventude rural frente ao contexto social com o qual se depara”.

METODOLOGIA

O foco de análise empírica deste trabalho é a questão da juventude rural em meio ao serviço de ATES prestado por o Núcleo Operacional (NO) de São Miguel das Missões da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) nos três Projetos de Assentamentos (PA), Noel Guarany, com 25 famílias assentadas, Everton Pereira, com 15 famílias assentadas e Primavera com 76 famílias assentadas, localizados no município de Bossoroca/ RS, na região Missioneira. Cabe contextualizar, que o município é marcado por lugares que são reconhecidos tanto pelo valor histórico visto que estão diretamente relacionados com a história do mesmo, e da região quanto por estarem carregados de representações que foram sendo construídas a partir das relações de poder que se estabeleceram.

Para a construção deste artigo fez-se uso de metodologia qualitativa, de um estudo de caso, fazendo uso das técnicas de entrevistas semiestruturadas, bem como vivências com observação direta. Seguindo a abordagem de Minayo (2003, p. 21), que ressalta:

A pesquisa nas ciências sociais se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da qual se levantaram dados sobre a COPTec e os serviços de ATES prestados aos PAs e sobre as ações desenvolvidas com a juventude rural.

A etapa posterior consistiu na pesquisa de campo, a qual foi constituída por 09 etapas de vivência para observação e pesquisa, nos assentamentos, acompanhando os membros da equipe técnica da COPTec em suas atividades diárias. Nesta oportunidade observou-se como se dá a vida na comunidade dos assentamentos e as relações sociais em que a juventude esta inserida.

Nos três assentamentos pesquisados, há 49 jovens registrados no Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES – SIGRA (2014), na faixa etária de 15 a 24 anos. Este intervalo de classificação foi estabelecido pelo INCRA e difere da usada oficialmente pelas políticas públicas de juventude no Brasil (15 a 29 anos). Destes,

segundo relatos de membros da equipe técnica e assentados, em torno de 10 a 15 jovens estudam ou trabalham fora diariamente. Para a realização das entrevistas selecionou-se uma amostra de sete jovens, sendo que destes quatro eram meninas e três meninos. Dos membros da equipe técnica foram entrevistados três no total, sendo que um é responsável por a área social, outro por a assessoria técnica e ambiental e o outro é o coordenador da equipe do Núcleo Operacional – NO São Miguel das Missões.

Os principais temas abordados pelas entrevistas com os jovens foram: educação e escolaridade, perspectivas e/ou projetos de vida, sucessão do trabalho agrícola familiar, o que entendem por programa de ATES e como o percebem, por fim, se sentem-se inseridos e participam deste, e se é necessárias melhorias, em quais aspectos seriam.

Com relação aos membros da equipe técnica, estes foram questionados sobre o que entendem por juventude, como realizam o trabalho com essa categoria, de que forma realizam e em quais atividades estes jovens são inseridos. Por fim, realizou-se um estudo sobre os temas envolvidos e uma análise das questões levantadas e observadas durante a vivência nos espaços dos assentamentos, bem como, as informações trazidas pelos entrevistados.

Sob essa perspectiva, nesse trabalho será abordado brevemente a construção da categoria jovem e jovem rural na sociedade brasileira, a organização dos serviços de ATES nos assentamentos do Brasil e especificidades do RS e na sequência os (as) jovens assentados (as) e os serviços de ATES no caso de Bossoroca. Acredita-se que esse universo de pesquisa poderá auxiliar a elencar e compreender os motivos pelos quais o trabalho direcionado à juventude rural esta sendo deixado em plano secundário, com foco na operacionalização das chamadas públicas de ATES.

CONSTRUÇÃO DA CATEGORIA JOVEM E JOVEM RURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A luta por reconhecimento da juventude no capitalismo é de longa data, há registro de organizações que visavam à modernização da agricultura na América

Latina no final do século XIX, onde ao mesmo tempo na Europa e nos Estados Unidos aconteciam mudanças estruturais no cenário agrário devido ao crescimento urbano e industrial.

Segundo Marin (2008, p. 642):

la juventud rural se volvió una categoría social universal, en virtud de la intervención de diversos organismos internacionales, que propugnaban la inserción de los chicos y las chicas en los procesos de desarrollo anunciados en todos los cuadrantes del planeta.

A juventude entrou na agenda de diversos atores institucionais interessados em promover o desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse processo as escolas se consolidaram como importante instrumento de poder sobre a sociedade camponesa.

(...) logró romper con su autonomía cultural, facilitando la modernización tecnológica, la estandarización de los idiomas, el éxodo rural, así como la asimilación de nuevas referencias difundidas por los diferentes medios de comunicación masiva (MARIN, 2008, p. 625).

Junto a isso, surgiram outras organizações que objetivavam a modernização da agricultura, como os serviços de Assistência Técnica e Extensão rural, no qual os (as) jovens seriam fundamentais para o processo de desenvolvimento rural.

Assim como em outros processos históricos, por exemplo, foi na década de 1960 que os jovens destacaram-se como atores políticos, colocaram-se como sujeitos e se revoltaram com uma cultura e regras impostas pela sociedade, onde jovens de várias partes do mundo se mobilizaram. Mais especificamente em maio de 1968 que aconteceu o movimento de contracultura, que abriu espaço para novos processos identitários e defesa dos direitos das minorias, como citou Krüger (2010, p. 144):

É então na dimensão da crítica comportamental, na denúncia dos mecanismos de poder presentes no cotidiano e na intimidade, que a contracultura se coloca como expressão fundamental de crítica à autoridade em seu sentido amplo: ao paradigma masculino, branco, ocidental, heterossexual. Esta forma distinta de reivindicação, que marcaria os anos 1960 e particularmente 1968, produziu também no Brasil a mesma explosão “de forças não-teorizadas”.

Atualmente a categoria social juventude vem sendo alvo de vários estudos que revelam a formação de identidades, segundo Paulo (2011, p. 59): “para demarcar uma série de valores e uma idade da vida caracterizada pela transição para a vida adulta”. Colocando esse momento da vida como única função específica, a própria transição. Mas que na verdade deve ser compreendida para “[...] além do contexto social e familiar em que os jovens estão inseridos, suas trajetórias e interações cotidianas devem ser consideradas para entender esse agente que vive uma situação juvenil específica” (PAULO, 2011, p. 72). Quando falamos nos (as) jovens, ou sobre os (as) jovens, temos que estar cientes de nos remeter a uma palavra carregada de significados e especificidades, como afirma Castro (2009, p. 189):

[...] quando acionamos a palavra Jovem temos que saber que não é simplesmente uma simples palavra, mas sim levar em consideração que tratamos de uma categoria social, que possuem relações familiares, relações de poder e que vivem a experiência da vida como jovens em um determinado tempo e espaço social.

Neste trabalho o foco do estudo é a juventude rural, no qual é um grupo social que reivindica essa identidade política para lutar por direitos sociais, ainda está em busca de reconhecimento, e que passa por todas as dificuldades e necessidades específicas de sua realidade. Conforme citou Weisheimer (2010, p. 1): “em um tempo de escolhas entre os projetos profissionais de permanência ou saída da agricultura”, o jovem se depara no geral com um conjunto de fatores com relação à continuidade dos trabalhos familiares, a heterogeneidade das relações no meio rural, um conjunto de condições espaciais, de tempo, condição social e demais relações que interferem diretamente neste processo social e de construção do próprio projeto de vida.

Para compreender melhor esta questão é interessante observar algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos (as) jovens no campo, quanto ao acesso à escola e trabalho (CARNEIRO, 2005; CASTRO, 2005). Nesse sentido, o debate sobre educação do campo é extremamente oportuno para levantar estas questões, porque ao longo do tempo foi se tendo a ideia de que se os (as) jovens estudassem seria um retrocesso voltar para unidade de produção familiar, e em muitos casos este ainda é um entrave vivido por vários jovens.

Diante destas questões pode-se observar como as políticas públicas são importantes para a consolidação desta categoria, pois faz pouco tempo que veio a tona essa questão da “construção de políticas públicas para uma população que atualmente ainda não se percebe efetivamente incluída no grande projeto de políticas públicas para a juventude iniciada no governo Lula” (SNJ, 2012). Onde no governo da Presidenta Dilma (2011 – 2014) se dá seguimento a essa demanda, com passos significativos com a criação da Secretaria Nacional da Juventude. Uma das primeiras etapas foi à realização do 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude Rural em 2012, onde aconteceu um espaço de diálogo entre governo e movimentos sociais.

Neste processo foram obtidas algumas conquistas pelas organizações de juventude, tais como:

Ações	2011-2014
A criação do Comitê Permanente de Juventude Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver propostas de fortalecimento e articulação entre as diversas políticas públicas para atender às demandas e necessidades da Juventude Rural, • Representantes governamentais e da sociedade civil.
A criação da Assessoria Especial de Juventude no MDA.	
Entrega de 11 pautas com demandas dos movimentos sociais para a SNJ – PPA/SNJ	
Grupo de Trabalho de Juventude Rural da SNJ	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os diálogos governo e sociedade civil na construção de políticas públicas. • Fortalecer a institucionalização da agenda no Governo Federal. • Monitorar o avanço das pautas da juventude rural. – 2ª Conferência Nacional de Juventude • Forte participação da juventude rural, dos jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena. • Mobilização a partir dos territórios e dos movimentos sociais. (SNJ, 2012).

Quadro 1: Ações conquistadas pela juventude rural.

Fonte: SNJ (2012).

Ações	2015
Chamada Pública de ATER para Juventude	Promoção da agroecologia com jovens agricultores/as familiares
Seleção Pública de Projetos Visando ao Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural de Base Familiar.	Apoio a projetos voltados à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos visando ao fortalecimento da autonomia econômica e social da juventude rural de base familiar.

Quadro 2: Ações recentes direcionadas à juventude rural

Fonte: MDA (2015).

A juventude rural tem elencado diversas pautas, construindo e participado de espaços de discussão, e com isso vem obtendo resultados como a criação de políticas públicas direcionadas e este público, como cita Castro e Barcellos (2015, p. 553): “Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap) e o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas em Juventude Rural da SNJ”. Estes espaços são possíveis por existir uma preocupação de setores do Estado em atender as especificidades da juventude rural, na forma de criação de instrumentos, mas que ainda são de difícil operacionalização, como aponta Galindo:

As demandas se lançam no sentido da criação de políticas específicas de juventude rural (orientadas por um desenho próprio, que considere as suas realidades) e da revisão de programas de juventude rural, já existentes, na busca de aproximá-los dos desafios da atual conjuntura. No que se refere à revisão dos programas específicos, merece destaque o caso do Pronaf Jovem. As reformulações defendidas nos levam a crer que este programa estrutura-se sob critérios incompatíveis com as demandas e os contextos da juventude rural, e sob uma lógica marcadamente burocrática, bancária e inacessível (2014, p. 128).

Ainda que tenham ocorrido avanços nos últimos anos na formulação de políticas públicas para a juventude, até então persistem diversos problemas para executá-las. E estas ainda não são suficientes como afirma Castro e Barcellos (2015, p. 568): “Ao mesmo tempo em que há avanços em políticas públicas para a juventude rural, o Estado ainda é organizado com uma estrutura interburocrática que dificulta o acesso ao que já está disponível”.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATES NOS ASSENTAMENTOS DO BRASIL E ESPECIFICIDADES DO RS

Os serviços de extensão rural vêm se mostrando de muita relevância, pois contribuem para o desenvolvimento do meio rural, bem como na melhoria da produção e estratégico para a melhoria de vida das(os) agricultores. Mas, no entanto, podem servir para fins de difusão de tecnologias não sustentáveis baseada na exploração de recursos naturais e humanos. Tanto é assim que, após a Segunda

Guerra Mundial, a Extensão Rural surge no Brasil na mesma época que nos países da América Latina, na época considerados países subdesenvolvidos, o que demonstra que ela não parte de uma demanda interna, mas sim de interesses externos (FIGUEIREDO, 1981).

No Brasil, os serviços de extensão rural foram trazidos por a Fundação Rockefeller, e implantado a partir de 1948, com o intuito de aumentar a produtividade e a condição financeira dos agricultores.

(...) Os moldes da extensão foram baseados nos Estados Unidos o país recebeu apoio logístico do professor John Greefing, então diretor da Escola de Agronomia de Viçosa, Minas Gerais, e ex-diretor da American International Association (AIA). Em dezembro de 1948, através desta instituição e do governo brasileiro, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR), serviço considerado pioneiro em nível estadual (MASSON, 2013, p. 44).

No ano de 1956, integrantes do Ministério da Agricultura, da ACAR, da Confederação Rural brasileira e da ASCAR criaram a ABCAR, que tinha como missão coordenar e estimular a atuação da Extensão Rural no país, principalmente em termos de expansão e qualidade. Que mais adiante foi substituída pela EMBRATER, em 1975. Nos estados, as ACARs foram substituídas pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers). Para dar conta da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde, esta estrutura institucional funcionava de forma verticalizada.

O objetivo central da Extensão Rural foi alcançado, que era aumentar a produção agrícola do campo brasileiro. Mas, no entanto, esse crescimento se deu por meio de uso de agrotóxicos, com práticas de manejos modernas, provocando êxodo rural, a dependência que os agricultores passam a ter de crédito, de insumos e sementes, os problemas ambientais e a saúde humana. Segundo Delgado (2005, p. 63): “a política econômica do governo militar coordenada pelo ministro Delfim Neto, lança uma estratégia de geração de saldos comerciais expressivos”. Estes estavam baseados na exploração de exportação de produção agroprocessada e produtos básicos, estendendo-se pela região Centro-Oeste, nova fronteira agrícola. De acordo com Silva (2011, p. 33):

[...] não houve a preocupação com o desenvolvimento das comunidades rurais nos objetivos da Extensão Rural. É importante ressaltar que o desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social e,

por isso, não é suficiente para que uma determinada sociedade se desenvolva.

Neste processo a juventude no meio rural, foi um ator importante para modernizar a agricultura, era entendida como mais propensa a aceitar as mudanças propostas. Um exemplo disso foram os clubes 4S (Saber, Sentir, Servir e Saúde), inspirado em experiência semelhante desenvolvida nos Estados Unidos, que tinham por finalidade “ampliar a ação extensionista, baratear os custos operacionais, e para criar um clima propício à ‘aquisição dos novos conhecimentos’ e a ‘mudanças de hábitos e atitudes’” (FIGUEIREDO, 1981, p. 03).

Durante todo período da ditadura militar (1964-1985) a extensão rural não altera muitas coisas em seu modo de trabalhar, mesmo com as críticas ao modelo difusionista. A maior mudança que teve neste período foi à estatização do sistema ABCAR, surgindo a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nos respectivos estados. Mas isso já se era esperado, visto que o interesse é de que os técnicos agrícolas seriam pagos com dinheiro governamental (FIGUEIREDO, 1981).

O modelo difusionista de extensão rural era criticado por pesquisadores e estudiosos da época, pois entendiam que este modelo não contemplava as necessidades de melhorias de qualidade de vida e desenvolvimento das comunidades rurais. Uma das mais importantes formulações críticas ocorreu com a publicação do livro *Extensão ou Comunicação?* de Paulo Freire em 1969. Criticava o modelo vertical e excludente do extensionismo e trazia a discussão de um modelo que se baseia na participação dos camponeses. Composto por agentes comprometidos com a transformação do espaço em que vivem, somando e complementando os saberes diferentes dos agentes envolvidos, para que o comunicador rural possa estar com o agricultor para melhorar a qualidade de vida no campo.

(...) La extensión agrícola se compromete a una tarea realmente de liberación, que busque la transformación estructural como medio para lograr que el sujeto hombre latino americano deje de ser un objeto de historia para ser el sujeto de esta historia. El extensionista redefinido como agente de cambio estructural es otro caso muy al extensionista modernizado. El primero es un liberador, un crítico y un creador. El segundo es un domesticador de conciencias, un transmisor de técnicas e inequívocante de ideologías (PINTO, 1973, p. 177).

Mesmo com a extinção da EMBRATER em 1990 a extensão rural resiste e vai se renovando com o tempo. Nos anos 1990 e no começo do século XXI, novos vetores de estudos ganham evidência, como as novas concepções do meio rural, a importância das culturas populares (SILVA, 2011). Neste período a agricultura familiar também conquistou um pouco de destaque.

O período de 2003 a 2010 foi marcado pela atuação de organizações não governamentais e governamentais e movimentos sociais, com importantes mudanças, como a criação dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Desenvolvimento Social - MDS, o Programa e a Política Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; a promulgação da lei 11.326/2006 que definiu a categoria “Agricultura Familiar” estabelecendo a Política Nacional da Agricultura Familiar; instituiu o Programa Territórios da Cidadania, em 2008; consolidou o PRONAF como política de inclusão social e; finalmente, a Política Nacional de Extensão Rural e Assistência Técnica – ATER, em 2010 (BERNARDELLI; ORZECOWSKI, 2011, p. 03).

Mesmo diante deste contexto de ascensão no âmbito das políticas públicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária, os movimentos sociais continuam pressionando as instâncias do Estado brasileiro por intermédio do Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA, retomando as ações de ocupações de terras, para implantar uma política de criação de assentamentos rurais. Além disso, também argumentam em favor da necessidade de ampliação e melhoria das políticas públicas, como colocam os autores Piccin e Daros (2012, p. 132):

As reivindicações pela ampliação da oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) aos agricultores familiares e assentados foram incorporadas na agenda dos movimentos sociais e sindicais do campo (doravante referidos pela sigla MSC) em suas ações de pressão sobre as instâncias do Estado pela ampliação do acesso a terra, à infraestrutura e por políticas diferenciadas de crédito rural.

A política de ATER nos assentamentos rurais ocorreu de diferentes formas, com correlações de forças diferentes, relacionadas a cada momento histórico e político de governo. Como exemplo, pode-se citar algumas iniciativas: em 1995 a 1997 o governo federal lança a proposta de assistência técnica para assentamentos rurais denominada “Contacap”, no nordeste do país; no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) em seu primeiro mandato, formula o Programa Lumiar, com a característica principal de terceirizar os serviços públicos, respaldando o programa neoliberal do governo; no Governo Lula, a partir de 2003, abrem-se expectativas da construção de um programa voltado para o desenvolvimento dos assentamento, o

INCRA construiu junto aos movimentos sociais e cooperativas um novo programa, que ganhou o nome de ATES. Neste novo programa, mesmo com diversos limitantes, há uma sinalização positiva segundo aponta Dalbianco, et al. (2014, p. 02):

A partir da lógica da terceirização da execução dos serviços a iniciativa trouxe consigo sinais claros de disposição governamental para a construção de um serviço de extensão rural pública com os objetivos centrais focados na redução da pobreza rural e a inclusão dos agricultores assentados aos circuitos econômicos.

Para compreender esta visualização parte positiva da terceirização é importante a formação de um sistema “pluralista”, para Neumann et al. (2015, p. 418-419): “um sistema pluralista de extensão rural (e não um mero pluralismo de instituições) é a capacidade dos atores (instituições) elaborarem colaborativamente os principais instrumentos de trabalho e gestão do Programa”. Esta possibilidade de as agências estatais poderem direcionar recursos para contratar serviços de ATES com certa sintonia com as aspirações dos movimentos sociais deu margem para que o INCRA construísse contratos de prestação de serviços com empresas públicas (como a EMATER), cooperativas de técnicos e ONGs.

Em 2008, a Superintendência do Incra no RS passou a adotar a forma jurídica Políticas Públicas de Desenvolvimento dos contratos na prestação dos serviços de assessoria técnica. Foi o primeiro estado a operacionalizar a extensão rural pela modalidade contrato, o que acabou se tornando norma nacional em 2010, quando foi promulgada a lei de Ater (NEUMANN, et al. 2015, p. 412-413).

O que mostrou ser um cenário favorável para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Segundo Dalbianco (2010), com base na Lei n. 8.666, o INCRA contratou três empresas prestadoras de ATES para os assentamentos, sob esta nova modalidade contratual. Se constatou um aperfeiçoamento e continuidade no processo de descentralização administrativa entre superintendência e prestadoras de ATES, possibilitando maior controle na execução das ações e contratos. Dessa forma, as ações dos técnicos ficaram condicionadas às metas com um cronograma pré-definido. Sendo que este, na opinião das equipes técnicas, engessou o trabalho, pois diminuiu a flexibilidade de adaptar as necessidades locais e regionais ao cronograma.

Além disso, essa proposta de ATES se fundamentou na criação de uma nova institucionalidade de gestão desses serviços, associada à proposta de criação de novas modalidades de crédito para os assentamentos (desvinculada do crédito à agricultura familiar) e fomentando o estabelecimento de um “mercado” de prestadores de serviços de assistência técnica, de modo a possibilitar uma maior participação das organizações de movimentos sociais em todo o processo (DIAS, 2004).

No RS, são três prestadoras de Assessoria Técnica, social e ambiental para as famílias assentadas pela reforma agrária, de forma integral e continuada, que são elas: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTTEC), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER-RS).

De acordo com o apontado pela literatura sobre o tema, com relação ao trabalho prestado de Assessoria Técnica voltada para a juventude rural, o que se tem no planejamento são algumas ações pontuais, como a organização de jogos e olimpíadas rurais. Algumas participações em eventos e seminários também são encontradas, mas não se identifica claramente ações voltadas diretamente a assistência da juventude.

Para a realização deste estudo acompanhou-se as atividades da COPTTEC, cooperativa de extensionistas identificados com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Em documento a cooperativa afirma que “tem suas ações direcionadas à luta em favor dos direitos das famílias assentadas, através da constante assistência técnica voltada à elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável” (COPTTEC, 2011, s/p).

OS JOVENS ASSENTADOS E OS SERVIÇOS DE ATES: O CASO DE BOSSOROCA

O município de Bossoroca está localizado na região missioneira do Rio Grande do Sul, sua população é de 6.884 habitantes (IBGE, 2010), é predominantemente rural e a economia se baseia fortemente na produção de soja,

trigo e leite. A principal atividade econômica do município é agropecuária, a agricultura familiar do município está basicamente concentrada nos assentamentos, sendo esta baseada economicamente na produção de leite e a agricultura para autoconsumo.

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec) está presente na região organizada em Núcleos Operacionais (NO) para executar o contrato de chamada pública de Assessoria, Técnica e Ambiental (ATES) nos assentamentos da Reforma Agrária. Foi junto à equipe da COPTec que se realizou o levantamento de dados na forma de vivência e acompanhamento da equipe técnica de ATES da COPTec, no NO de São Miguel das Missões durante o período de dois anos.

Com esta vivência no local podemos perceber que a juventude de Bossoroca, assim como em tantas outras realidades estudadas na literatura, também enfrentam diversas dificuldades como, o dilema de ir embora do campo. Bem como, existe aqueles que resistem trabalhando no lote, em maior parte são os meninos que acompanham os pais nas atividades fora da unidade de produção e também trabalham na roça, as meninas estudam na cidade e em casa ajudam principalmente nos afazeres domésticos. Em alguns casos, observa-se ainda autoridade paterna que exerce uma relação de poder na hierarquia familiar, o mais “velho” tem poder sobre o mais “jovem”, expressão conhecida como figura do “pai patrão”. O que caracteriza relações familiares históricas, que estão naturalizadas na cultura das famílias.

O fato dos três assentamentos de Bossoroca serem localizados próximos à cidade é tido como um fator considerado facilitador para que a juventude possa trabalhar na cidade e morar no lote, ou até mesmo indo morar e trabalhar na cidade. O jovem que vê na cidade uma oportunidade de salário melhor acaba indo em busca de uma vida mais confortável, buscam melhores condições de estudo, pois somente o Projeto de Assentamento – PA Nova Primavera possui escola com ensino médio, nos demais as escolas são na cidade. Pois como afirma Spanevello (2008) o prolongamento dos estudos, é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural e provocador dos processos de individualização.

Observou-se durante as vivências nos PAs de Bossoroca que, geralmente os que persistem em ficar no lote são aqueles que possuem uma relação com a terra, ou seja, considera o espaço rural um lugar de vida, onde fazem a opção por este modo de vida no campo. E isso acontece quando os próprios jovens questionam à

participação na gestão e nas iniciativas produtivas. Como nos relatou em entrevista o Jovem 03, ao ser questionado sobre a distribuição de renda e participação nas decisões de gestão do lote:

A renda fica toda entre a família, a família que decide todos juntos, fazemos um orçamento quando queremos adquirir algo (...) Tudo que é novo é bom, de produção que de certo, e nós vamos sempre tentando... Meus pais aceitam bem. (...) Na verdade, hoje tendo vontade e paixão pelo que faz qualquer um consegue... Eu vou seguir na agricultura.

As pautas de luta dos movimentos sociais que expressam as demandas da juventude rural, a maioria das questões que se repetem é quanto ao acesso a terra, crédito desburocratizado, políticas públicas específicas à categoria, educação do campo, lazer, acesso a cultura e comunicação, como coloca Galindo (2014, p. 125):

Emerge destes documentos uma juventude rural que constrói sua identidade pelo vínculo com a terra e o trabalho, mas que apresenta demandas que transcendem estas dimensões. A partir de uma agenda propositiva que demanda políticas em torno de educação do campo, cultura, lazer, tecnologias de informação e comunicação e participação, estes(as) jovens afirmam-se como sujeitos integrais, que requerem direitos, e entendem-se para além da condição de trabalhadores(as) rurais.

Estas relações são formadas por um conjunto de situações, demandas e estratégias de reprodução social, o que está, diretamente ligado a pluriatividade¹ das famílias e da própria juventude. Uma das condições que justificam esse fato é o de algumas famílias de assentados morarem próximo à cidade, o que facilita para os indivíduos que prestam alguns serviços, como cortador de grama, plantio de pastagem, limpeza de terrenos, ou temporariamente na reforma da ferrovia, agricultores temporários e construção civil. Ou mesmo outras atividades no meio rural, como afirma o Jovem 03 ao mencionar uma atividade não agrícola exercida no lote familiar, “Nós temos uma metalúrgica no meio rural além da propriedade”. As estratégias de reprodução social das famílias rurais podem incluir a participação dos jovens em atividades ligadas à agropecuária ou fora dela e até mesmo fora do espaço rural, como aponta Marin (2008, p. 621):

¹ Admite pluriatividades e pluriocupações, como sejam – exploração de atividade não agrícola no imóvel rural (turística, agroindustrial ou artesanal) e exercícios de atividade remunerada na entressafra por até 120 (cento e vinte dias); e ainda percepção de rendimentos oriundos da política social (DELGADO, 2015, p. 433).

La juventud rural se ocupa de trabajos primordialmente vinculados con las actividades agropecuarias, aunque no se puede dejar de lado la posibilidad de su inserción en ocupaciones en otras esferas productivas, como la silvicultura, los servicios, el comercio y la industria, especialmente en los contextos contemporáneos marcados por la intensa integración socio-económica entre los diversos segmentos del capital urbano y rural. Se debe considerar la posibilidad de que los jóvenes trabajen en actividades no agrícolas, en el medio rural o fuera de él, característica de la pluriactividad. Esto significa que las ocupaciones laborales de tal orden, no le quitan su carácter a los jóvenes como rurales, siempre y cuando mantengan los vínculos esenciales de la vida y del trabajo en la agricultura.

Nos PAs de Bossoroca os jovens podem fazer uso destas estratégias para conseguir renda e permanecer no assentamento, o que também aponta um campo a ser trabalhado e considerado pela ATES. Este fato pode ser entendido como uma forma de dinamizar as fontes de renda, bem como, uma resistência da família para evitar que os jovens saiam do meio rural. Pois como aponta Silva (2011, p. 81): “o fato de trabalhar atividades não agrícolas com a juventude, em nenhum momento, compromete a importância da sucessão agrícola”. O que pode inclusive impulsionar o contrário, pois aumentar os campos de conhecimento da juventude rural podendo contribuir para motivar à sucessão nos lotes familiares.

Como os técnicos percebem os serviços de ATES com os jovens

Para melhor compreender a dinâmica dos serviços de Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES) prestado, é interessante entender como a equipe técnica da COPTEC percebe a juventude assentada nos assentamentos de Bossoroca. Se e como realiza atividades envolvendo os jovens no processo de construção e execução das ações.

Sobre essa questão, os membros da equipe quando questionados em entrevista relataram que não realizam nenhuma ação específica para com a juventude. Em seus depoimentos observaram que “a família” é atendida de forma “conjunta”, como um todo. Como se pode perceber no relato do Coordenador da equipe:

(...) teria que ter um trabalho com o todo, porque a família que acaba, não em todos os casos, mas a família que acaba dando a formação. Então, eu

acho que teria que ser com o conjunto da família e não direcionado pra jovem, ou pra cadastrante, ou cônjuge, deveriam ser ações direcionadas para o coletivo (Trabalho de campo/2015).

No universo das preocupações da equipe técnica, a unidade de atuação é a família assentada. A juventude aparenta não ser percebida como um público que poderia ou deveria ser alvo de ações de assistência específicas, ainda que existam “atividades planejadas” para com este público.

Com relação ao planejamento das atividades voltadas às famílias assentadas, também é levantada a questão, pelos técnicos entrevistados, sobre a dificuldade de executar todo o planejamento, especificamente para a juventude. Pois seriam muitas metas já estabelecidas e que faltaria tempo, como afirma a técnica da área social.

(...) no planejamento do ano passado nós colocamos como meta no primeiro semestre dois encontros de jovens, a formação de dois grupos de jovens, nós não conseguimos dar conta por esta desarticulação política da região, política organizativa, nós só da assistência técnica não damos conta, por causa da demanda. A família vê o técnico, como um técnico que vai representar a propriedade, que a demanda vai ser na lavoura, na horta, vai ser na área do leite, é onde gera a renda familiar, então a juventude fica pra depois. Nós, então não damos conta, tiramos no meio do ano essa meta, uma porque o jovem está na universidade, não conseguimos fazer esse trabalho (Trabalho de campo/2015).

Isto também pode estar relacionado com as dificuldades de operacionalização das diretrizes dos manuais, e com a falta de conhecimento sobre metodologias que sejam atrativas e facilitem a execução de ações específicas para juventude. Sendo provavelmente esta uma das causas de desinteresse dos jovens quanto à participação das atividades propostas pela equipe, como cita o agrônomo.

(...) em todas reuniões que a gente faz vem só o pai ou a mãe, os jovens quase nunca vêm, ou tentam enquanto equipe técnica convencer eles a participar mais, porque na verdade nem em reuniões eles não vem muito para discutir o fato real ocorrido dentro do assentamento, as necessidades, as demandas (Trabalho de campo/2015).

O mesmo técnico também afirmou, que esse fato pode estar acontecendo por o jovem não ter o poder de tomada de decisão, e a necessidade de se ter renda própria, mas sem autonomia acaba por se desmotivar.

(...) o problema é que o jovem fica restringido ao financeiro e quando ele começa a querer ter independência, colocar suas ideias em prática, por exemplo, dentro do lote. Primeiro tem que pedir autorização pro pai, mas o

pai não vai aceitar, não concorda. Então a limitação é essa, então eles entendem que ali já deu o tempo deles e saem do lote, vão trabalhar pra fora, pelo financeiro, pra poderem se sustentar financeiramente (Trabalho de campo/2015).

Esta condição de autonomia relativa do jovem com relação à família também aparece nas respostas dos (as) jovens quando questionado sobre a distribuição de renda da família, onde podemos observar na fala da Jovem 5: “Não recebo em dinheiro, mas quando preciso de alguma coisa eles sempre me ajudam. Se eu pedir ele me dá a quantia que eu precisar.”

De outra parte, quanto à técnica da área social falou sobre a organização dos jovens assentados relata que os jovens seriam participativos:

Teve uma época de descenso que também os encontros ficaram menos fluidos na juventude, hoje está reconstituído, existe um coletivo estadual da juventude, nós temos muitos jovens estudando nas nossas escolas técnicas e esses jovens estão puxando de novo esta pertença, o resgate. [...] agora no encontro dos sem-terrinha, por exemplo, a gente participou com a regional com um ônibus com 44 crianças e 10 adultos, e os nossos jovens foram os acompanhantes dos sem-terrinha, então indiretamente eles tem essa contribuição na organização da região, se não, não vai o pai ou a mãe, mas vai a nossa juventude principalmente os estudantes. E quem animou o encontro dos sem-terrinha, quem tocou, foi palhaço, etc., foi a nossa juventude, os nossos ‘ex-sem-terrinha’. Nós temos dia 23 de novembro o encontro latino-americano da juventude em Palmeira das Missões e vamos conseguir, já estamos debatendo para levarmos a nossa juventude, mais como um recarregamento das baterias, para conseguirmos aqui na região criarmos estes grupos, criar o grupo de jovens, para que possamos fomentar principalmente para que o jovem permaneça no campo (Trabalho de campo/2015).

Este relato nos remete a ideia de que o Movimento e a ATES direcionam tarefas a juventude, especialmente para a parte cultural e da animação, muito pouco em ações políticas e produtivas, utilizando-os como executores de tarefas, sem estimulá-los em espaços de protagonismo. Como explica Castro (2005, p. 12): “ser jovem carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento”. Mas, se o jovem não for visto para além destas questões dificilmente se terá desenvolvimento no meio rural de fato. A juventude rural deve ser encarada como sujeito fundamental nos processos de desenvolvimento.

Visto que a não construção de ações e atividades específicas com a juventude é contraditório com a própria PNATER, pois a mesma menciona a

importância de projetos específicos para a juventude. Neste sentido, na fala dos entrevistados que compõe a equipe técnica, percebe-se muitas dificuldades no trabalho com os jovens, compartilha-se da mesma percepção de Masson (2013, p. 90):

Entre as dificuldades aponta-se a complexidade de trabalhar com os jovens rurais por se constituírem um público que está num momento de autoafirmação, de indecisões, de busca por autonomia, por serem exigentes, por terem expectativas que estão distantes tanto das instituições, quanto da família e das políticas públicas.

É um desafio que está posto, não só para equipe técnica, mas principalmente ao Estado brasileiro, que o jovem possa ter a escolha, bem estar e autonomia para decidir se quer ou não estar no meio rural, e não apenas isso, mas ser ator de construção de propostas inclusive na própria formulação das políticas públicas.

5.2 Como os jovens percebem os serviços de ATES

Esta subseção é de extrema relevância, para que se compreenda como os jovens percebem a assistência técnica e o que eles esperam da mesma. Para um entendimento mais completo serão levantadas questões sobre suas realidades e considerações elencadas durante a pesquisa.

Um destes impasses é refletir sobre a disponibilidade e o envolvimento do tempo do jovem. Quando perguntado para uma jovem assentada, a Jovem 01, quanto ao tempo que ela tem disponível e o que faz em suas horas vagas, de lazer. Ela responde: “quase não tenho horas vagas, porque trabalho meio turno, meu outro meio turno eu faço um curso de designer e de noite eu faço [outro curso profissionalizante, na área de segurança do trabalho] segurança do trabalho. Então fim de semana eu procuro ficar com meus pais e meu namorado”.

Neste relato pode-se perceber que aquela história de insinuar que o jovem não quer nada com nada não procede. Pois no caso estudado em Bossoroca/RS, em todos os depoimentos os jovens declaram-se bem envolvidos seja nos estudos, em outros afazeres domésticos ou em atividades produtivas.

Como já visto na literatura anteriormente, os estudos são uma das primeiras portas de saída do(da) jovem do meio rural. E isso também acontece com os/as jovens do município missioneiro, como se confirma no relato da Jovem 06: “Quero fazer uma faculdade ano que vem, de agronomia. Acho que não vou voltar pra cá, é difícil”. Este fato acaba evidenciando que é necessário um outro modelo de educação escolar.

Atualmente poder escolher entre ficar ou sair do campo não é uma escolha, pois o (a) jovem dificilmente poderá ter a possibilidade de construir seus projetos de vida no mesmo assentamento que a família, por uma questão de indisponibilidade de novos lotes. É o que coloca o Jovem 07 “Eu gosto muito do interior, não tinha ideia de ir pra cidade. Só que como não tem incentivo pro jovem ficar na terra. Mas a princípio quero ficar aqui”. Isso porque não existe uma política de Reforma Agrária que seja planejada para além de uma geração.

O que de certa forma também prejudica a sucessão das atividades agropecuária do lote familiar. Pois não tendo terra perto da família, no mesmo assentamento ou em um próximo, a alternativa que resta seria os pais se aposentarem ou não poder tocar mais as atividades produtivas para que o(a) jovem possa voltar, o que dificilmente ocorreria. Mesmo não sendo a sua vontade os entrevistados demonstram pouca esperança de permanecer no meio rural, como relata um: “Acho que vou ter que ir pra cidade, mas vou ter que me acostumar” (Jovem 05).

Sobre a ATES, os jovens entrevistados observam que esta é insuficiente para que possa atender as suas expectativas e projetos para o lote. Como relata uma entrevistada:

(...) é muito pouco suporte. Nosso assentamento é grande, eles vão, eles fazem as visitas da melhor forma possível, por que existem limitações, mas ainda é pouca assistência, porque as vezes tu se empolga com alguma coisa, mas daí tu pensa o técnico só vai vir daqui um mês, dois meses, aí quando ele chega de volta, já foi aquela empolgação. Então o agricultor acaba perdendo a empolgação, porque não tem o auxílio (Jovem 01, Trabalho de campo/2015).

Diante desta realidade apresentada podemos perceber as diferentes áreas que se faz necessária a atuação da assessoria técnica, principalmente a estes jovens que pretende permanecer no lote como é o caso do Jovem 03 que ressalta a importância da ATES... “acho bastante importante, quanto mais ajuda de fora vir

melhor. Já apliquei o que aprendi, principalmente nos pêssegos em questão de poda, produtos, mas não veneno.” Afirmação similar ao que afirma a Jovem 01:

Acho importante, hoje tu tem que procurar entender como funciona, por a gente olhando a avicultura é bem fácil criar uma galinha tu olhando mas com os olhos técnicos tu sabe que ela precisa de tal coisa, tal proteína, de tal vitamina, pra ter o ovo ou pra ter a carne de tal tipo, só que isso o agricultor querendo ou não ele é uma pessoa mais humilde de conhecimento, ele não tem todo esse conhecimento, então com o auxílio técnico ele vai ter uma visão diferente do que ele está fazendo. Então eu acho que isso ajuda muito e proporciona também uma capacidade de evoluir (Trabalho de campo/2015).

Mas vários dos(as) jovens entrevistados (as) afirmam, ainda ser insuficiente o número de visitas técnicas e de atividades coletivas, como dias de campo, cursos e intercâmbios, asseguram que estas atividades auxiliam na melhoria do lote e estimulam os jovens a pensarem em novos projetos e a não desanimarem da agricultura. É o que registra o Jovem 02 com relação a frequência das visitas, ”por exemplo, ela vem a cada dois meses só.” Considerando a visita muito espaçada e portanto pouco efetiva para contribuir com os problemas enfrentados no dia-dia da propriedade rural.

Em geral nos depoimentos dos (as) jovens, revelam a falta de suporte técnico, pois estes se encontram muito ocupados com outras metas a serem executadas e tendem a não dar continuidade nos projetos produtivos, o que em partes acaba desmotivando os (as) jovens.

Porém, a juventude entrevistada em geral, alegou de grande valia as orientações técnicas para o bom desempenho produtivo no lote, como ressalta um entrevistado: “porque a gente sempre tá em dúvida do que colocar na plantação, aí eles explicam, incentivam, sempre ajudam a gente.” (Jovem 05).

Contudo, os dados de campo, mostram certa falta de compressão sobre o papel da juventude rural como ator de desenvolvimento e estratégico para o não esvaziamento do meio rural. Sendo assim, percebe-se também a falta de prioridade no trabalho de assistência técnica com a juventude, situado em um contexto de uma política de assistência que disponibiliza poucos técnicos para um grande volume de demandas, onde, a equipe deve cumprir prioritariamente obrigações de orientação produtiva, entre outras... Neste cenário, os jovens acabam tendo pouca atenção nas políticas de ATES.

5.3 A juventude rural e os serviços de ATES: desafios e perspectivas

Com este trabalho pode-se fazer importantes reflexões e observações sobre os desafios e as perspectivas da juventude rural. Oportunizando a realização de uma análise sobre diferentes pontos como sucessão do trabalho agrícola familiar, desafio para alcançar os planos futuros, participação nas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), espaços de lazer e sobre o papel dos serviços de Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES) nessa realidade.

A solução para o problema da sucessão rural não pode ser tratado como incentivar o jovem para “fixá-lo” no campo. Em primeiro lugar não se fixa ninguém no campo, mas dar ao sujeito o direito de escolha, com oportunidades de renda e boas condições de vida. Em segundo, o papel da assistência técnica para juventude rural não é apenas orientar para aumentar a produtividade, mas sim ter ações de formação que permitam a emancipação dos jovens. Pois muitos jovens têm planos de continuar no meio rural e esse processo de formação e acompanhamento da ATES irá contribuir para que mais jovens possam almejar viver no campo.

De acordo com o analisado sobre a temática, uma possibilidade concreta da ATES contribuir com a emancipação e formação da juventude, é viabilizar e utilizar metodologias atrativas, dinâmicas e didáticas para trabalhar especificamente com a juventude. Fazendo com que os próprios atores construam alternativas dentro dos espaços de participação. De modo que auxiliaria o jovem a ter empoderamento e participar nas decisões produtivas do lote familiar.

Contudo, vale lembrar que a assistência técnica tem o papel de dar suporte às famílias assentadas, mas não de resolver todos os problemas e atender a todas as reivindicações recorrentes nos assentamentos e dos (das) jovens. Os desafios são de viabilizar formação, ações emancipadoras, atividades específicas à juventude, e não, que estes apenas sejam vistos como mais um beneficiário, assim, também aponta Silva (2011, p. 77): “as vezes os jovens são considerados apenas como beneficiários de determinadas políticas públicas e não como atores-chave de um processo de emancipação social e política”. Embora a PNATER tenha avançado, reconhecendo as especificidades do trabalho com a juventude, ainda precisa ampliar esta questão, pois o documento parece restringir os trabalhos com a juventude

somente no âmbito das atividades agrícolas, buscando quase que basicamente, a sucessão das atividades agropecuárias.

Com relação às perspectivas dos (das) jovens, demonstram ter interesse em permanecer no meio rural, mas que também querem estudar e ter melhores perspectivas para construção de seus planos futuros, apontando novamente para questões relativas à pluriatividade destes sujeitos. O que vai de encontro com a pesquisa de Masson (2013, p. 116):

[...] é preciso o apoio da extensão rural numa vertente mais participativa e próxima da realidade dos agricultores, fortalecendo suas organizações e as descobertas de novas alternativas na pluriatividade para que possam se constituir em novas e diferentes fontes de renda, de pesquisa por conta de novas tecnologias, de produtos diferenciados ampliando a diversidade da agricultura familiar, bem como de financiamentos que possam efetivamente apoiar os agricultores, principalmente os jovens, criando condições de empreenderem seus projetos com autonomia.

Com base nesta realidade, para que se constitua um meio rural com melhores perspectivas de desenvolvimento, é necessário que as políticas de ATER e ATES também trabalhem com questões relacionadas à “bem estar”, cultura, lazer e trabalho no sentido amplo. O jovem encarado como sujeito, como ator, que possa se fazer ouvir as vozes dos segmentos juvenis. Pois é imprescindível para que os jovens se constituam, de fato, como sujeitos sociais, ativos, superando a visão reducionista do espaço rural.

CONCLUSÃO

Diante destas colocações percebe-se que para que se diminuam as frustrações tanto para o lado da equipe técnica de ATES, quanto para a juventude, seria importante fazer o planejamento das atividades baseado no levantamento participativo de demandas que os jovens anseiam. Como se procurou mostrar ao longo do trabalho, para a realização dos serviços de ATER e ATES se faz necessário conhecer melhor o que a juventude rural espera deste serviço, contextualizada na sua realidade de vida. Da mesma forma, se faz fundamental conhecer como as equipes prestadoras destas políticas públicas percebem a

juventude e como entendem que estas ações específicas para estes atores sociais possam ser realizadas com qualidade e eficiência.

Pois é fato, que ninguém melhor do que a própria juventude rural, que vive em sua realidade, com todas as condições sociais cotidianas, pense quais são as suas necessidades e qual a melhor forma de ser atendida por o programa de ATES. Os projetos profissionais dos jovens agricultores derivam da própria situação juvenil na agricultura familiar, com suas diferenciações sexuais e etárias, o que está presente na estrutura das práticas do trabalho e na incorporação das disposições necessárias a sua reprodução (WEISHEMER, 2010).

Talvez os agentes formuladores das políticas de ATES e as ações das equipes locais precisem refletir um pouco melhor sobre as necessidades da juventude rural para adequar as políticas públicas à este público. Sendo que nos documentos orientativos da ATES e a PNATER propõe a viabilização da ATER e ATES com a juventude apenas para trabalhos de preparação da sucessão familiar como política com os jovens, o que influencia na execução das chamadas públicas e no próprio entendimento do tema por parte das equipes técnicas.

Uma das estratégias, em alternativa a esta questão, seria encontrar alguma metodologia de levantamento dessas demandas da juventude, e dar prioridade a execução deste trabalho com a juventude, diferente da que vem sendo usada com as convocações de reuniões com o coletivo dos assentamentos, porque como alegam os técnicos, há pouca participação da juventude, e isso pode ocorrer por não estarem sentindo-se a vontade em exporem suas ideias e opiniões.

Visto que, a percepção equivocada da equipe técnica com relação aos (as) jovens, ser meros integrantes das famílias nos assentamentos, pode ser trabalhada através de formações a partir de outras concepções sobre o tema juventude. Por parte dos (das) jovens com relação aos serviços de ATES, todos consideram de grande importância, inclusive relevantes para a construção de suas perspectivas no lote familiar, pois, havendo um interesse maior com relação a sucessão dos trabalhos agrícolas a política de ATES deveria ser pensada com maior número de atividades específicas para este público. Um desafio posto neste trabalho é o levantamento de demandas a partir dos (das) jovens, utilizando metodologias que empoderem e estimulem a participação dos mesmos, e sendo assim, dar prioridade para execução das ações demandadas.

Outra questão importante de ser levada em consideração na construção de ações e/ou políticas públicas voltadas para a juventude rural é a questão da pluriatividade dos jovens, pois sabe-se que estas atividades não agrícolas estão e estarão cada vez mais presentes na vida dos jovens do meio rural.

Contudo, também deve-se ressaltar a importância da juventude estar organizada e ser demandante das políticas públicas, bem como, continuar participando dos espaços de formação e discussão das mesmas, pois como citado na literatura abordada, há uma evolução e ampliação destes espaços “nas últimas duas décadas, percebe-se que os formuladores de políticas públicas para o meio rural brasileiro têm demonstrado uma preocupação mais evidente com a diversidade dessas populações” (CASTRO; BARCELLOS, 2015, p. 553).

Investir em políticas públicas para a juventude rural não é pensar no amanhã, mas sim pensar no meio rural de hoje, é pensar que a política pública também pode ser vista como uma das estratégias de reprodução social. Dentro desta questão está a Reforma Agrária, que não é pensada para a continuidade das famílias, hoje se o filho de um assentado quer ter seu lote, constituir uma família, precisa entrar na lista da reforma agrária e acampar em outras terras que serão, provavelmente, distante do assentamento onde vive sua família e amigos que tem relação. Também é necessário repensar juntamente com a juventude a assistência técnica, para que essa tenha como prioridade o papel de emancipação e formação dos (das) jovens.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**, 2014. 306p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2014.

BERNARDELLI, J. M. **Juventude e Extensão Rural no Território Vale do Ribeira: Uma análise sobre a realidade de jovens que vivem em pequenas propriedades rurais no Brasil**. UNICENTRO. In: *quadernsanimacio.net*. nº 14, 2011. Disponível em: <<http://quadernsanimacio.net/ANTERIORES/catorce/juventude.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2015.

BERNARDELLI, J.; ORZECOWSKI, S.; **Juventude e Extensão Rural no Território Vale do Ribeira: Uma Análise Sobre a Realidade de Jovens que Vivem em Pequenas Propriedades Rurais no Brasil**, 2011. Disponível em: <<http://quadernsanimacio.net>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Grupo de Trabalho Ater, 2004.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, Branco, P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, p. 73-87.

CASTRO, E. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”, In: XXIX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: Processos de Exclusão e a Construção do Ator Político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, v. 7, n. 1, enero-junio, p. 179-208, 2009.

CASTRO, E.; BARCELLOS, S. Políticas públicas para a juventude rural brasileira: In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

CEAD. **Espaço do produtor.** Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=31&acao=exibir>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

CETAP. **ATES alia produção com preservação ambiental.** Disponível em: <<http://cetap.org.br/?p=316>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

COPTec. COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, 2011. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/coptec.html>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

DALBIANCO, V. A. **Construção de uma extensão rural diferenciada para as famílias assentadas: O Programa da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS.** 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

DALBIANCO, V. P. et al. **Retrato dos Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://ates-rs.webnode.com/news/retrato-dos-assentamentos-de-reforma-agraria-do-rio-grande-do-sul/>>. Acesso em 12 jun. 2014.

DELGADO, G. A Questão Agrária No Brasil, 1950-2003. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DIAS, M. Extensão Rural Para Agricultores Assentados: Uma Análise Das Boas Intenções Propostas Pelo “Serviço De Ates”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, 2004.

EMATER. 2011. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-produtiva/reforma-agraria.php#.VOLEYPnF_X4>. Acesso em: 13 jan. 2015.

FIGUEIREDO, R. A extensão rural face à problemática da pequena produção no Brasil. II Seminário de Educação e Meio Rural – IESAE/FGV. **Anais...** Rio de Janeiro, 1981.

GALINDO, E. Em Pauta: Juventude Rural E Políticas Públicas; In: MENEZES, V. L. S.; BARCELLOS, S. B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014.

GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. Latinoamericana Ciências Sociais**. nº 7. v. 1. 2009. p. 179-208. Disponível em: <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>> Acesso em: 25 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução populacional de Bossoroca**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=_ES&codmun=430250&search=rio-grande-do-sul|bossoroca|info%20gr%20ficos:-evolu%20o-populacional-e-pir%20mide-et%20ria>. Acesso: 05 jan. 2015.

KRÜGER, C. Impressões de 1968: contracultura e identidades. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 139-145, 2010.

MARIN, J. **Juventud rural**: una invención del capitalismo industrial. Universidade Federal de Goiás/EA-Sector de Desenvolvimento Rural, 2008.

MASSON, I. **Juventude e Extensão Rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

MDA. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas>> Acesso em: 20 mai. 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petropolis; RJ. Vozes , 1994.

NEUMANN, P.; DALBIANCO, V.; ZARNOTT, A. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista

descentralizado. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

NEUMANN, P; ZARNOTT, A; VIGNOLO, A; MIRANDA, F; DALBIANCO, V. **Retrato dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul**, 2014. Disponível em: <<http://ates-rs.webnode.com/news/retrato-dos-assentamentos-de-reforma-agraria-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

PAULO, M. **Juventude Rural**: suas construções identitárias. 2011. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=_ES&codmun=430250&search=rio-grande-do-sul|bossoroca|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>. Acesso em: 08 mai. 2014.

PICCIN, M.; DAROS, C. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. **Revista Nera**, v. 15, n. 20, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1853/1753>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

PINTO, J. B. Extensión o educación: uma disyuntiva crítica. **Desarrollo Rural en las Américas**, v. 3, 1973.

SNJ. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília - DF, 2012. Disponível em: <<http://m.biblioteca.juventude.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11322/222/relatorio-juventude-rural.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SILVA, Y. **Juventude Rural e Políticas de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2011.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese Série PGDR - Tese nº 07. Porto Alegre. 2008.

STROPASOLAS, V. L. Juventude Rural: uma categoria social em construção. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 22: Sociologia da Infância e Juventude. **Anais...** Belo Horizonte, 2005.

WEISHEIMER, N. A Situação Juvenil na Agricultura Familiar do Rio Grande Do Sul. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. **Anais...** Porto de Galinhas, 2010.